

Suplentes não assumem vagas com ampliação

Apesar da aprovação na última terça-feira do texto que amplia a representação na Câmara dos Deputados, está totalmente afastada, do ponto de vista político, a hipótese de alterações no segundo turno de votação do objetivo de convocação dos suplentes dos estados que, por sua população, terão direito a um número maior de deputados federais. Esta é a avaliação do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), e do 1º vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides (CE).

Segundo Ibsen Pinheiro, a emenda sobre a matéria só foi aprovada porque ficou "amarrada" a impossibilidade de convocação de suplentes. O texto resultante do acordo estabelece que "o número de deputados, por estado ou pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários no ano anterior às eleições, de forma que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha menos de 8 ou mais de 70 deputados, assegurada a irredutibilidade das atuais representações".

Alguns suplentes movimentaram-se no sentido de garantir sua convocação. Mas o insucesso da tentativa foi explicado on-

tem por um parlamentar da cúpula do PMDB: "O titular não irá assumir o ónus e deixar para os suplentes o proveito, ainda mais se o suplente for seu adversário político". Dando a batalha por perdida, segundo um outro constituinte da cúpula do PMDB, alguns suplentes já voltaram para seus estados.

Entre os que seriam alcançados com a convocação dos suplentes são citados o ex-presidente da Câmara Flávio Marçílio (PDS-CE), o irmão do governador do DF, Genesio Aparecido de Oliveira (PMDB-MG), o empresário Sérgio Naya (PMDB-MG) e o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, Jones Santos Neves Filho.

A possibilidade de suplentes assumirem nesta legislatura foi motivo para uma questão de ordem do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) na sessão de votação. O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, respondeu que "evidentemente não haverá esse direito". E o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), disse que não haveria aumento do número de deputados na atual legislatura: "Eu não defenderia aumentos biónicos", declarou.

Prefeitos se unem por suas reeleições

São Paulo — Os prefeitos do Estado de São Paulo vão pressionar a Assembleia Nacional Constituinte para mudar o texto do artigo 16 da nova Constituição, que nos parágrafos 5º e 9º, aprovados no último dia 2 de março, proibiu a reeleição para cargos municipais e torna inelegíveis os parentes.

A decisão foi tomada ontem por cerca de cem prefeitos do interior paulista durante uma reunião realizada pela Associação dos Prefeitos do Estado de São Paulo (Apeesp), no auditório da secretaria do interior.

O prefeito de Aracatuba, Walter Tinti (PMDB), que é advogado especializado na área constitucional, disse que considera uma "cas-

sação dos direitos políticos dos prefeitos e de seus parentes" o texto aprovado nos parágrafos 5º e 9º do artigo 16 da Constituição.

Segundo o presidente da Apeesp, prefeito Oswaldo Cazonato, de Dois Córregos, 370 dos 573 prefeitos do Estado de São Paulo manifestaram-se favoráveis à reeleição.

— Portanto, esse direito deve ser respeitado pelos constituintes pois também é uma aspiração do povo — afirmou Cazonato.

Hoje, uma comissão de prefeitos viajará a Brasília para se avistar com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e tentar negociar uma mudança no texto do artigo 16.

Collor chega ao STF antes da intervenção

Maceió — Ao contrário do que tinha planejado, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, não conseguiu, audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Raphael Mayer. Ele conversou com o ministro por telefone, mas Mayer alegou, ontem de manhã, que ainda não tinha recebido o pedido de intervenção do Tribunal de Justiça de Alagoas, e que, portanto, a audiência só teria sentido com a chegada desse documento.

De fato, o presidente do Tribunal de Justiça, Eraldo de Castro Vasconcelos confirmou que o documento só seguiu ontem de manhã para Brasília. Ele foi levado, de avião, por uma das funcionárias do Tribunal e só deveria chegar às mãos de Mayer na parte da tarde.

Collor deve voltar a tentar audiência hoje, para explicar ao presidente do Supremo que não cumpre a lei 4.617 que regulamenta o pagamento do quinquênio cascata a altos funcionários das áreas jurídicas dos



Collor

três poderes, porque não tem dinheiro. Foi o não cumprimento dessa lei que provocou o pedido de intervenção no estado.

— Para pagar os marajás, Alagoas teria que abrir mão de reajustes para o pequeno funcionário, que já está bastante prejudicado ou cancelar programas de ajuda aos flagelados da seca, que enfrentam a fome e a miséria no sertão do estado — justifica o governador.

Data para audiência é difícil

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Raphael Mayer, recebeu no final da tarde de ontem, o pedido de intervenção em Alagoas das mãos da diretora de secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, Maria Celina. O governador Fernando Collor tem portando, a partir de hoje, dez dias para explicar ao STF porque recusou-se a pagar os salários dos marajás. Somente depois de recebidas as informações e ouvido o procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, os ministros do Supremo se reunirão para julgar o pedido de intervenção.

O ministro Raphael Mayer confirmou ter recebido um pedido de audiência do governador de Alagoas mas disse que está estudando o melhor dia para recebê-lo. Mayer informou que hoje sua agenda está lotada devido a realização da sessão plenária de todas as quintas-feiras. A representação do Estado de Alagoas em Brasília informou que o pedido de audiência foi feito na manhã de ontem. Raphael Mayer teria pedido que sua secretária informasse que estava aguardando chegar a solicitação de intervenção para marcar a audiência, segundo a representação.

Sistema fica para semana que vem

Ulysses atende apelo dos líderes e marca votação para terça-feira

EUGENIO NOVAES



No encontro com Ulysses, Alvaro Dias insiste no mandato de cinco anos

Dias pede plebiscito se sistema for mudado

O governador do Paraná, Alvaro Dias, propôs ontem a realização de um plebiscito caso a Assembleia Constituinte aprove o sistema parlamentarista de governo. Explicou que nessa circunstância, o mandato dos atuais congressistas estará comprometido uma vez que não foram eleitos para o exercício de atividades próprias do parlamentarismo, o que caracteriza usurpação de poder. Na sua opinião, o povo deverá decidir se aceita ou não um novo regime e se devem ser realizadas novas eleições.

Durante rápido encontro com o presidente da Constituinte, Alvaro Dias manifestou a Ulysses Guimarães sua preocupação com a possibilidade de realização de eleição ainda este ano, que no seu entender, colocaria em risco os direitos sociais do cidadão. Defensor do presidencialismo com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, o governador lembrou que duas questões precisam ser colocadas: eleição já ou elaboração da legislação complementar que irá assegurar os direitos fundamentais do povo.

Gabinete tira Sarney, diz Fogaça

O argumento de que a aprovação do sistema parlamentarista favorecerá, necessariamente, os cinco anos de mandato do presidente José Sarney, como entende o governador do Paraná, Alvaro Dias, foi contestado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), que prevê uma correlação de forças que contraria essa tese. Ao contrário, diz Fogaça, com a aprovação do presidencialismo estará assegurado, automaticamente, o mandato de cinco anos.

Explica o senador que na defesa do presidencialismo estão três correntes: "os sarneyistas, os brizolistas e os petistas". Caso seja aprovado o presidencialismo, os sarneyistas não contrariam mais com a adesão dos dois últimos grupos e irão buscar, nos parlamentaristas, aqueles defensores dos cinco anos. Fogaça explica, ainda, que a soma dos presidencialistas com outras forças que estão no parlamentarismo — e que são pelos cinco anos — levará a uma maioria maior do que aquela atingida na votação do sistema. Isso

porque o número de parlamentaristas cincoanistas (embora não seja grande) é superior ao total de petistas e pedetistas que irão votar no presidencialismo.

Confirmada essa hipótese, argumenta o senador, haverá a prova de que as forças sarneyistas são muito maiores do que hoje se imagina. Ao contrário, aprovado o parlamentarismo, essas forças irão se revelar pequenas, o que caracteriza um indicio de aprovação dos quatro anos. Fogaça entende que, uma vez aprovado o parlamentarismo, estará evidente que, no PMDB, as forças antigovernistas são maiores, o que corresponde, também, a uma força superior em favor dos quatro anos. Além disso, outro fato reforça a vinculação do parlamentarismo: quatro anos: no PMDB existe uma esmagadora maioria parlamentarista, toda ela quatroanista e que, juntamente com o PDT e o PT, poderá viabilizar a votação dos quatro anos.

José Fogaça reforça a ideia de que se-houver uma

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

Sistema de governo, só na semana que vem: o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, atendendo a apelos da maioria das lideranças partidárias e, especialmente, dos autores das emendas parlamentarista (Egídio Ferreira Lima) e presidencialista (Humberto Lucena), não colocará em votação o regime, neste final de semana.

Ulysses tomou a decisão depois de se reunir em seu gabinete, ao meio-dia, com as diversas lideranças da Constituinte, para discutir o direito de greve aos funcionários públicos. Na oportunidade, ele consultou a opinião de cada participante da reunião, sobre a melhor oportunidade para votar o sistema de governo: se neste final de semana ou no início da próxima.

A quase totalidade dos parlamentares presentes ao gabinete do presidente da Constituinte defendeu a votação do regime no início

das. Defendeu um presidencialismo com fortalecimento das prerrogativas do Congresso Nacional, que poderá aumentar seu poder de fiscalização e influir, sem que haja comprometimento da autoridade do presidente da República.

Esses assuntos foram tema da conversa entre o governador e o presidente da Constituinte, que não soube prever desfecho da votação, devido a grande flutuação de opiniões, o que torna imprevisível qualquer resultado. Segundo revelou o governador, Ulysses — apesar de insistir que a votação do sistema de governo ocorra até o próximo domingo — demonstrou receio de que o quorum seja um complicador para a apreciação da matéria no final de semana. Também informou que o presidente da Constituinte reconhece que a decisão sobre um determinado sistema de governo irá influenciar a votação do mandato do presidente Sarney. Na opinião do governador, o parlamentarismo irá favorecer os cinco anos porque esse sistema, afirmou, traz uma divisão de autoridades.

da próxima semana, mais exatamente na terça-feira, quando estaria eliminado o risco da falta de quorum.

Essa, aliás, foi a proposta do senador Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista, e também do deputado Egídio Ferreira Lima, autor da emenda parlamentarista, para quem "o sistema de governo é uma matéria muito importante, e não tem sentido colocá-la em votação no final de semana que, tradicionalmente, apresenta quorum pouco acima de 300 constituintes".

A decisão de adiar a votação do sistema de governo não foi comunicada por Ulysses Guimarães ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte, como forma de garantir a presença do maior número possível de constituintes em Brasília e, assim, assegurar o quorum necessário a partir de segunda-feira.

O sigilo mantido em torno do adiamento serviria também para possibilitar a negociação em torno do re-

gime. Ulysses, desistiu de qualquer entendimento com o presidente José Sarney, no momento; mas insiste em continuar as conversas dentro da Assembleia.

O adiamento da votação para terça-feira próxima atendeu ainda aos argumentos de algumas lideranças, para as quais o governo poderia jogar no buraco negro a questão do sistema, ganhando maior tempo para pressionar os constituintes.

O pretexto para dar maior prazo aos defensores do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney pode ser a concessão da comenda do Mérito Legislativo, a ser entregue amanhã ao presidente da CUT, Jair Meneguelli. Essa é a opinião da deputada Sandra Cavalcanti para o esvaziamento do plenário, ontem, sob a liderança do senador Jarbas Passarinho, em protesto contra a homenagem: "Eles não poderiam receber uma encomenda melhor".

Em seguida, é a vez do mandato

Quando o deputado Ulysses Guimarães afirma que o sistema de governo e a duração do mandato serão votados separadamente, ele está fazendo simplesmente uma constatação política, devido à impossibilidade de acordo prévio em torno desses assuntos. Tecnicamente falando, com ou sem entendimento, os dois temas seriam necessariamente definidos em votações específicas.

Na cronologia dos trabalhos, o sistema de governo será decidido em primeiro lugar, através da votação das emendas Humberto Lucena (presidencialista) e do deputado Egídio Ferreira Lima (parlamentarista). Ambas as propostas prevêem mandato de cinco

anos para todos os Presidentes da República, mas a verdadeira disputa a respeito deste assunto será travada numa segunda etapa, quando entrarem em votação os destaques Mário Covas (quatro anos) e Fernando Henrique Cardoso (quatro anos com reeleição).

Na verdade, a questão do mandato de Sarney só aparece como ponto polêmico do Título IV devido à insistência da liderança peemedebista em assegurar já no texto permanente da Constituição a redução do atual governo. Do contrário, esta definição seria adotada apenas na votação das disposições transitórias.

Mesmo sem emendas o sistema de governo seria definido em primeiro lugar: já no artigo 90, é explicitada a competência geral do Presidente da República, (se apenas chefe de Estado, o regime é parlamentarista; se também chefe de governo, é presidencialista). O Mandato permanente só é tratado no artigo 93, enquanto o período destinado ao atual Presidente, no texto da Sistematização, aparece no artigo 4º das disposições transitórias.

Se o plenário da Constituinte eliminar qualquer referência específica ao atual mandato, prevalecerá para o presidente Sarney o mesmo período destinado aos seus sucessores, nas disposições permanentes da nova Carta Magna.